

FONTE: AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO

12/07/16

“Por que ‘ideologia de gênero’? Precisamos falar sobre isso”, por Bernardo Fonseca Machado

De acordo com o pesquisador Bernardo Fonseca, a questão de gênero é mais um modo de enxergar o mundo do que uma doutrinação em si.

Há algum tempo, na esfera pública, diversos sujeitos têm empregado a expressão “ideologia de gênero” em seus discursos. O debate foi particularmente acirrado entre 2014 e 2015, quando bancadas políticas se organizaram nas casas legislativas do país para excluir “gênero” e “orientação sexual” dos planos nacionais, estaduais e municipais de educação. Tais grupos diziam que a “ideologia de gênero” não poderia constar nas escolas. Recentemente, o presidente interino, Michel Temer, segundo notícia do jornal “O Globo”, se comprometeu, em reunião com 33 pastores evangélicos, a analisar dois pleitos: o combate à chamada “ideologia de gênero” e a defesa da família tradicional.

Dito isso, é preciso esclarecer sob quais pressupostos o termo “ideologia de gênero” está baseado. Primeiro, supõe que “ideologia” é um instrumento de doutrinação, um discurso operante para a conversão de pessoas e, por isso, é algo “perigoso” e “ruim”. Em segundo lugar, essa expressão desqualifica gênero como um conceito e desconsidera seu caráter analítico e científico. O raciocínio que se espera é: se gênero é ideologia, as pessoas deveriam ficar longe dele. Mas esse discurso está equivocado. Vou tentar explicar o motivo.

Por que gênero não é ideologia? É preciso esclarecer que gênero é um conceito de descrição e análise do mundo. Como assim? Vamos fazer um paralelo. Todo mundo já ouviu falar da teoria da evolução de Charles Darwin, certo? Quando Darwin formulou essa teoria, ele realizava duas operações: 1) descrevia o mundo (as espécies dos seres vivos) e também 2) analisava a maneira como biologicamente (e temporalmente) elas evoluíram. Pois bem, gênero é também um conceito científico, construído dentro de fronteiras disciplinares para descrever e analisar o mundo. No livro, “Diferentes, não desiguais”, Beatriz Accioly Lins, Michele Escoura e eu definimos o conceito assim: “[gênero é] um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder”.

Assim, quando debatemos gênero não se pretende “doutrinar” ou “converter” ninguém. Muito pelo contrário, ao discutir gênero podemos investigar e debater: primeiro, como construímos, ao longo da história de nossa cultura, nossas compreensões sobre o que entendemos como feminino e masculino; segundo, perceber se as nossas classificações

produzem desigualdade e violência; terceiro, uma vez constatadas assimetrias e opressões, optar por mudar as formas como nos relacionamos.

O que está acontecendo hoje, no Brasil, já ocorreu com a própria teoria da evolução de Darwin. Em 1925, no Estado do Tennessee, nos Estados Unidos, o professor de ciências John Scopes foi preso e acusado de desrespeitar uma lei estadual que impedia o ensino da teoria da evolução em escolas públicas. Conhecida como “The Butler Law”, a lei proibia que universidades ou escolas públicas ensinassem qualquer teoria que sugerisse que o homem teria “descendido de uma ordem inferior de animais” e negasse a história da criação do homem presente na Bíblia. Ao final, Scopes foi condenado pelo júri. Na época, o caso – conhecido como “The monkey trial” – foi amplamente debatido na sociedade estadunidense, mas foi apenas em 1967, 42 anos depois, que a Assembleia Legislativa do Tennessee derrubou a lei.

O que isso evidencia? Quando impedimos que debates teóricos ocorram, restringimos o avanço no conhecimento científico. E, no caso do debate sobre gênero, o silêncio e a censura afetam também a vida das pessoas. Quando um menino é constrangido por chorar na frente dos colegas, ou uma menina é proibida de usar um short enquanto seus colegas meninos não sofrem qualquer reprimenda, ou quando, na aula de educação física, só os garotos podem jogar futebol ou algum deles é repetidamente chamado de “viadinho” pelos colegas, estamos falando de padrões sobre o que se entende por homem e por mulher que criam situações de violência e desigualdade. Essas formas de classificação, vistas como “naturais”, geralmente estão baseadas em desigualdades mais profundas e tem consequências diversas.

Os dados formulados pelo Censo do IBGE em 2010 indicam como, independentemente da área de atuação, as mulheres tendem a receber salários inferiores aos dos homens. Na área de Educação, 83% dos profissionais são do sexo feminino e as mulheres recebem em média 72,1% daquilo que é pago aos homens (27,9% a menos). Falar de gênero é chamar a atenção para essa relação assimétrica de atribuição salarial, justamente quando possuem o mesmo cargo.

Mas podemos ver situações que afetam também os meninos. No ambiente escolar é comum notar como diversos meninos são insubordinados às regras. Quando isso ocorre costumamos dizer: “isso é coisa de menino” e naturalizamos uma atitude como se ela fosse da ordem do biológico. Quando pensamos a partir do conceito de gênero, podemos perceber que muitos meninos constroem sua identidade a partir da insubordinação, essa é a forma que possuem para se mostrarem publicamente como masculinos. Quanto mais barulho, bagunça e risadas causar, mais um garoto poderá ser legitimado por seus colegas (mas não só) como um “homem”. Qual o resultado disso? Essas dinâmicas vão afastando os rapazes (sobretudo negros e de famílias com baixa renda) das escolas e do processo de escolarização, um direito básico dos cidadãos brasileiros. Discutir gênero é problematizar a forma como socializamos os meninos; quando naturalizamos os seus comportamentos podemos perder a chance de incluí-los no processo de aprendizagem.

A escola é um ambiente privilegiado para que crianças e jovens aprendam conceitos que irão lhes auxiliar a entender o mundo. Uma proposta de discussão de gênero na escola ambiciona incluir gênero como ferramenta que nos ajuda a entender o mundo e tomar uma posição a respeito das diversas violências que produzimos, reproduzimos e sofremos.

Bernardo Fonseca Machado

É doutorando em antropologia social na USP e pesquisador dos núcleos de estudos Ethnohistória e Numas, é autor do livro “Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola”, com Beatriz Accioly Lins e Michele Escoura.